

Conjuntura Desenho da regra que abandona ano-calendário ainda não é conhecido e começará a valer daqui a dois anos

Meta será contínua e prevê inflação de 3% até 2026

Larissa Garcia, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Em linha com o esperado pelo mercado financeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nessa quinta-feira (29) que a meta de inflação foi fixada em 3% para 2026 e mantida neste patamar para os anos anteriores. Além disso, ele informou que o objetivo não será mais definido por ano-calendário e passará a ser contínua a partir de 2025. A mudança será feita por meio de decreto presidencial, mas o desenho final da nova regra ainda não é conhecido. A expectativa do governo é que a medida reduza a "pressão" do Banco Central (BC) em relação à execução da meta.

A alteração passa a valer em 2025 porque coincide com o início do mandato do próximo presidente do BC, substituído de Roberto Campos Neto, mas Haddad também não deu mais detalhes sobre os motivos dessa escolha. De acordo com o ministro da Fazenda, o intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo também foi mantido. A resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a meta de 2026 deve ser publicada nesta sexta-feira (30).

"Em relação à meta de inflação, anunciei ao CMN porque é prerrogativa do presidente da República uma mudança no regime em relação ao ano-calendário, de maneira que adotaremos agora a meta contínua a partir de 2025", informou Haddad em en-

trevista coletiva. "Por dever de Estado a um órgão de Estado, disse que iríamos alterar."

Atualmente, a verificação do cumprimento da meta é feita por ano-calendário, com base na inflação acumulada entre janeiro e dezembro. Quando a inflação fica fora do intervalo de tolerância, o presidente da autoridade monetária precisa escrever uma carta aberta detalhando as razões pelas quais o objetivo não foi atingido.

"Carta a ser enviada pelo BC em caso de descumprimento terá periodicidade no mínimo anual. Tende a ser mais frequente do que atualmente. Vamos definir essa frequência com o Banco Central no decreto a ser assinado", destacou Haddad.

Com a mudança, o BC passará a perseguir o nível determinado para a inflação acumulada em 12 meses em um período mais flexível. Não ficou claro qual será esse prazo, mas Haddad afirmou que "na prática você trabalha com [um horizonte de cumprimento de] 24 meses". Questionado sobre qual órgão definiria o horizonte, contudo, ele respondeu que seria o Banco Central.

"Você dá um horizonte de longo prazo para a autoridade monetária, independentemente das condições políticas", disse.

Haddad ressaltou que não haverá mais o compromisso "de ficar discutindo a meta todo ano", como acontece atualmente. "É contínua", explicou. "Fica a pressão sobre a meta. Redefine a trajetória e mantém a meta", conti-



"Você dá horizonte de longo prazo para a autoridade monetária independentemente de condição política"
Fernando Haddad

nuou. O ministro da Fazenda contou que o presidente do BC, que tem um voto no CMN, defendeu a adoção do sistema de meta contínua de inflação. Roberto Campos Neto, no entanto, não participou da entrevista ao lado de Haddad e da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela também estava na entrevis-

ta coletiva e frisou que o decreto presidencial que oficializará o regime de meta contínua de inflação ainda tem "que passar pelo jurídico dos ministérios".

Na entrevista que anunciou a mudança no sistema de metas, Haddad também disse ter expectativas de cortes "consistentes" na taxa de juros a partir de agosto, quando haverá nova reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Ele voltou a defender que haja uma harmonização das políticas monetária e fiscal, mas preferiu não dizer qual patamar espera para esse corte.

Logo depois, Haddad disse que um corte na taxa básica de juros da economia em agosto não é uma "questão política", mas sim "matemática". "Estamos falando de 13,75% ao ano contra inflação projetada de 3%. Não é uma questão política, estou falando de matemática, uma operação bem simples."

Com a decisão do CMN de fixar em 3% a meta de inflação para 2026, além de adotar o regime de meta contínua a partir de 2025, mudam-se "os termos da conversa de hoje para frente" sobre o corte de juros.

O ministro da Fazenda também afirmou ter a impressão de que existe "torcida" à respeito do debate de juros. "Alguns devem estar torcendo para o BC subir a taxa de juros, outros para cair. Eu não estou torcendo, estou falando da realidade do país. O Brasil pratica a maior taxa de juros real do mundo, muito acima do segundo colocado. Estou falando tecnicamente."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 7